



Indicadores sobre a pobreza

Dados Europeus e Nacionais

Atualização Agosto 2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento reúne a última informação estatística a nível europeu e nacional, centrando-se nas problemáticas essenciais sobre as quais a EAPN Portugal intervém. Os dados da pobreza e exclusão social, do emprego/desemprego, da proteção social, da habitação revelam-se essenciais para traçar um panorama geral da situação do país e da Europa. Nesta compilação de dados procuramos também dar um especial enfoque à Estratégia 2020 e aos seus principais indicadores, na medida em que se trata de uma Estratégia que molda a intervenção da Comissão Europeia e dos Estados membros no horizonte temporal 2020. Esta estratégia foi definida e planeada em circunstâncias políticas, económicas e sociais muito peculiares no contexto europeu, em que a crise económica e financeira já estava em marcha em muitos países da União desde 2008.

No atual contexto europeu assistimos a uma *décalage* muito grande entre os Estados membros; por um lado, temos os países do alargamento que se encontram ainda a adaptar-se à arquitetura europeia e às suas determinantes. Por outro lado, temos os países que sofreram a intervenção da Troika (Irlanda, Grécia, Portugal) e países que se encontram já em situação de forte debilidade económica com um endividamento externo considerável como Espanha e Itália. Os debates sobre a permanência da moeda única, sobre as ajudas externas aos países mais pobres e a falta de consenso entre os Estados Membros sobre estes e outros assuntos, põem em risco os ideais que estiveram na origem da União Europeia.

Dos dados recolhidos ressalta:

- A despesa com a proteção social consiste nos pagamentos para benefícios em proteção social, que são transferidos para os indivíduos ou agregados cobrindo um conjunto de riscos ou necessidades e, em 2009, estas transferências representavam 28,4% do PIB na Europa a 27 (EU-27).
- Em 2009 a despesa com a proteção social *per capita* era de 6 935 na EU-27 e 7 695 na Zona Euro. Portugal regista um valor de 5.086 abaixo do valor registado na EU-27.
- Em 2010¹, tal como em 2009, perto de 23% da população europeia (aproximadamente 115,5 milhões de pessoas na EU-27) era considerada como estando em risco de pobreza e/ou exclusão social, de acordo com a definição adotada pela Estratégia 2020. O valor registado para Portugal era de 25,3% em 2010, tendo descido para 24,4% em 2011 segundo dados provisórios do EU-SILC.
- Com uma taxa de 26,9% na EU-27 as crianças encontram-se em grande risco de pobreza e exclusão social em 2010 relativamente ao resto da população em 21 dos 25 Estados-membros para os quais existem dados. Portugal regista aqui uma taxa de 28,7%.
- Os idosos enfrentam um risco de pobreza ou exclusão social em 2010 menor do que o total da população, quer na EU-27, quer na maioria dos países. No entanto, esta tendência não se regista em Portugal cuja taxa de risco de pobreza e/ou exclusão social é para a população idosa de 26,1%.
- Em 2010 perto de 16% da população europeia encontrava-se em risco de pobreza, isto é, com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente. Em Portugal era de 17,9% em 2010 e segundo os dados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) publicado pelo INE referente aos rendimentos de 2010 aumentou para 18%.
- Cerca de 10% da população da União Europeia a 27 pode ser considerada como vivendo num agregado com baixa intensidade de trabalho² em 2010.
- Em 2009, 17,1% da população da União Europeia a 27 é considerada como estando em situação de privação material, isto é, as suas condições de vida são severamente afetadas pela falta de recursos. Em Portugal, em 2010 a privação material severa atingia 9% da população residente em Portugal, ou seja, a população que

¹ Statistics in focus, 9/2012, Population and social conditions, European Commission.

² Ver definição na p. 7

residia em agregados familiares sem acesso a pelo menos 4 ou mais itens³. Segundo dados provisórios disponibilizados pelo INE em 2011 a taxa de privação material severa era de 8,3%.

- A taxa de emprego na EU-27 em 2011 era de 68,9%, número que se mantém inalterável desde 2010. Relativamente à taxa de desemprego registou-se em julho de 2012 uma taxa de 11,3% na Zona Euro. Na Europa a taxa de desemprego era de 10,4% em maio de 2012, comparada com 10,2% em abril. Portugal registava em julho de 2012 uma taxa de desemprego de 15,7%.
 - De acordo com os dados disponibilizados pelo Eurostat a 24 de Agosto de 2012 o inquérito de 2010 (rendimento de referência de 2009 na maioria dos países) o topo (rendimento monetário líquido equivalente mais elevado) ou seja, 20% da população recebia 5 vezes mais do que o rendimento total da base (rendimento monetário líquido equivalente mais baixo, correspondente a 80% da população). Em Portugal era de 5,6 vezes.
 - Em 2009 cerca de 30 milhões de cidadãos europeus (EU-27) viviam em agregados que enfrentavam graves privações ao nível da habitação.
 - Em Portugal, o limiar de risco de pobreza teve um crescimento contínuo entre 2003 e 2009. Em 2010, no entanto, verificou-se uma redução do rendimento médio da população, levando a que o limiar de risco de pobreza tenha diminuído cerca de 3% face ao ano anterior. Se em 2009 este limiar era de 5 207€ anuais, em 2010, foi reduzido para 5 046€ anuais, o que corresponde a redução de 434€ para 421€ mensais.
-

³ Ver definição na pp.9

Introdução

2012 marca o segundo ano de execução da Estratégia 2020, num contexto de crise. Em vez de se registarem progressos ao nível da meta de redução da pobreza, a União Europeia enfrenta um aumento de 2 milhões de pessoas em situação de pobreza, com Estados-Membros ainda a falharem na definição metas suficientemente ambiciosas para atingir o objetivo europeu.

A União Europeia enfrenta igualmente uma crise política, económica e social e alguns dos Estados-Membros, particularmente aqueles que se encontram sob intervenção da Troika, como é o caso de Portugal, enfrentam sérios desafios no sentido de cumprir o compromisso de um crescimento inteligente, sustentável, inclusivo, defendido pela Estratégia 2020.

A situação de crise que Portugal enfrenta, e que se iniciou em 2008, resulta de uma crise financeira com os elevados défices anuais do Estado e o endividamento externo do país. As medidas de austeridade entretanto impostas afetam a atividade económica, mas a superação dos défices orçamentais e do endividamento externo estão dependentes do crescimento da economia portuguesa. As elevadas taxas de desemprego que se têm vindo a registar sobretudo no último ano e que tem vindo a aumentar sempre desde os últimos 10 anos têm uma consequência gravosa para a capacidade de geração de riqueza no país. Isto porque tem implicações diretas na diminuição das receitas do Estado e da Segurança Social, bem como no aumento das despesas com a proteção social, mas sobretudo porque multiplica o risco de pobreza dos indivíduos e famílias por ele afetadas.

Os dados estatísticos oficiais existentes sobre a pobreza e a exclusão social não revelam, por si só, todas as dimensões deste problema social, no entanto, aproximam-nos da realidade e permitem-nos ir acompanhando os progressos que estão em cursos e igualmente os retrocessos. Pelo fato de os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Eurostat terem sempre como período de referência o rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior, os dados conhecidos e divulgados neste documento têm como referência sobretudo o ano de 2010.

Em termos metodológicos, a partir de 2003 os dados passaram a ser obtidos através do Inquérito aos Rendimentos e Condições de Vida (EU-SILC) definido pelo Eurostat e aplicado em cada Estado-membro pelo Gabinete Nacional de Estatística respectivo. No caso específico de Portugal cabe ao INE efetuar a aplicação e tratamento destes Inquéritos. De acordo com a nova Estratégia 2020 o número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão será definido a partir de 3 indicadores: risco de pobreza, privação material e agregado familiar sem emprego.

Na 1ª parte do presente documento faremos uma análise dos indicadores da estratégia 2020 com base no documento divulgado pelo Eurostat em Julho último⁴ para Portugal e restantes Estados membros. Depois entraremos especificamente nos dados comparativos em relação à pobreza e exclusão social nos diferentes Estados membro.

Será igualmente feita uma apreciação da evolução dos indicadores referentes ao emprego/desemprego, sendo que no que diz respeito a alguns destes indicadores essa análise não é tão completa quanto se pretendia em virtude da falta de dados existentes para realizar uma comparação, mais precisa, entre os vários países europeus.

⁴ Directorate-General Regional Policy, Analysis Unit C3, Country Fact Sheet, July 2012, European Commission

1- ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

Análise dos dados com base nos Indicadores da Europa 2020

A Direção-Geral de Política Regional criou um conjunto de “*fact sheets*” para cada um dos 27 Estados-Membros para apoiar a preparação e negociações para o próximo período de programação 2014-2020. Assim, é possível comparar cada país com a média da União Europeia. Estas “*fact sheets*” são baseadas em dados do Eurostat, do Joint Research Centre, da Agência Europeia para o meio ambiente e o Banco Mundial.

Relativamente ao indicador da Estratégia 2020 “Crescimento Inteligente” verifica-se que para Portugal a despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) foi em 2010 de 1,6% do PIB, sendo que a meta nacional para 2020 é de 3%. No que respeita à Educação, o indicador relativo à população com idade compreendida entre os 23-34 anos com educação superior foi em 2011 de 26,1% e a meta nacional para 2020 é de 40%. Quanto ao Abandono escolar na idade compreendida entre os 18 e os 24 anos foi de 23,2% e a meta nacional para 2020 é de 10%.

Tendo em conta o indicador do “Crescimento sustentável” durante o período compreendido entre 2005-2009 e relativamente às Mudanças climáticas e energia verificou-se que relativamente ao indicador “mudança nas emissões de CO2 houve uma mudança de -3,3% prevendo-se uma mudança de 1% em 2020. Quanto à quota de energia renovável no total final do consumo de energia foi em 2010 de 24,6% e prevê-se em 2020 que seja de 31%.

Quanto ao indicador “Crescimento Inclusivo” e referindo-se ao Crescimento do emprego, a taxa de emprego na idade compreendida entre os 20 e os 64 anos em 2011 era em Portugal de 69,1% e a meta nacional para 2020 é de 75%. Quanto ao indicador Inclusão social, pobreza e saúde, o indicador relativo ao risco de pobreza ou exclusão era em 2010 de 25,3% e a meta nacional para 2020 é de 23,4%.

Despesas com Proteção Social

A despesa com a proteção social consiste nos pagamentos para benefícios em proteção social, que são transferidos para os indivíduos ou agregados cobrindo um conjunto de riscos ou necessidades. Em 2009 estas transferências representavam 28,4% do PIB na Europa a 27.

Entre os benefícios de proteção social, aqueles que são pagos em dinheiro e aqueles que são alocados ao rendimento dos beneficiários predominam. Entre 2008 e 2009, nos 17 países europeus⁵ que usam o Euro desde 1 de janeiro de 2011 a despesa com a proteção social, em percentagem do PIB era 2,7%. Trata-se de um efeito combinado entre uma diminuição considerável do PIB (-3,3%) e um aumento substancial nas despesas com proteção social (+6,3%). Este efeito combinado teve um impacto maior ao nível da Europa a 27 onde a despesa *per capita* na proteção social aumentou mais 6,5% e o PIB diminuiu - 6,1%.

⁵ Euro Area 17 – Bélgica, Alemanha, Irlanda, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Chipre, Luxemburgo, Holanda, Malta, Áustria, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, e Finlândia.

Existem diferenças consideráveis entre os Estados-Membros em termos de gastos em percentagem do PIB. A Alemanha, a França e a Suécia gastam uma larga proporção do seu PIB (acima dos 30%). Países com a Lituânia, Roménia e Bulgária são os que têm os ratios mais baixos, próximos dos 17%.

Com vista a melhor comparar as despesas *per capita* com a proteção social os dados são apresentados em termos de paridade de poder de compra. Em 2009 a despesa com a proteção social *per capita* era de 6.935 na EU-27 e 7.695 na Zona Euro. Há grandes diferenças entre países em termos de custos *per capita*. Na União Europeia, o Luxemburgo tem a mais alta taxa de despesa em 2009 com 14.495 *per capita* tendo em conta a paridade do poder de compra. Pelo contrário, os valores para os países com a mais baixo despesa *per capita* - isto é, a Bulgária, Roménia e Letónia (todos entre os 1.784 e 2.050 per capita)- é de cerca de 4 a 6 vezes menor do que os números registados para o grupo dos 27 (excluindo já o Luxemburgo). Portugal regista um valor de 5.086 abaixo do valor regista na EU-27.

A estrutura da despesa com proteção social engloba os benefícios com a proteção social, outras despesas e custos administrativos. A maior fatia vai para a primeira com cerca de 96,1% em 2009 na EU-27. Os benefícios com a proteção social englobam:

Velhice - 37,5%

Doença e cuidados de saúde - 28,4%

Família/criança - 7,7%

Deficiência- 7,7%

Sobrevivência -5,8%

Desemprego - 5,8%

Habituação - 1,9%

Exclusão Social - 1,4%

Os valores referem o peso de cada uma relativamente ao total da despesa em proteção social.

Quadro 1- Benefícios da proteção social por grupo como % do total dos benefícios de proteção social (BPS) e % do PIB em 2009 (PIB)

	Velhice e sobrevivência		Doença e cuidados de saúde		Deficiência		Família/ Crianças		Desemprego		Habituação e exclusão Social		Benefícios de Proteção social	
	% BPS	% PIB	% BPS	% PIB	% BPS	% PIB	% BPS	% PIB	% BPS	% PIB	% BPS	% PIB	% BPS	% PIB
EU 27	45	12,8	29,6	8,4	8,0	2,3	8,0	2,3	6,1	1,7	3,4	1,0	100	28,4
EA 17	45,2	13,1	29,9	8,7	7,1	2,1	8,1	2,3	6,8	2,0	3,1	0,9	100	29,0
Portugal	50,7	13,0	28,4	7,3	8,4	2,2	5,8	1,5	5,3	1,4	1,3	0,3	100	25,6

Risco de Pobreza e exclusão social

Em 2010⁶, tal como em 2009 perto de 23% da população europeia era considerada como estando em risco de pobreza e exclusão social, de acordo com a definição adotada pela Estratégia 2020. Este indicador é definido com a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes 3 condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do

⁶ Statistics in focus, 9/2012, Population and social conditions, European Commission.

limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho.

Em 2010 aproximadamente 115,5 milhões de pessoas na EU-27 (23%) encontravam-se em risco de pobreza e exclusão social. Estes dados mascaram variações consideráveis entre Estados-Membros. Na Bulgária a percentagem atinge 42%, na Letónia 38%, na Lituânia 33% e na Hungria 30%. No outro extremo encontra-se a República Checa, a Suécia e a Holanda com cerca de 15%.

Com uma taxa de 26,9% na EU-27 as crianças encontram-se em grande risco de pobreza e exclusão social em 2010 relativamente ao resto da população em 21 dos 25 Estados-Membros para os quais existem dados. Os principais fatores que afetam a pobreza infantil são a situação perante o mercado de trabalho dos pais, a composição do agregado e a eficácia da intervenção do governo através do apoio financeiro e a provisão de serviços habilitados.

Quadro nº 2 - Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por grupo etário (%), 2010

	Crianças (0-17)	Pessoas em idade ativa (18-64)	Idosos (+ 65)	Total
EU 27	26,9	23,3	19,8	23,4
Belgica	23,2	20,0	21,0	20,8
Bulgária	44,6	36,9	55,9	41,6
Republica Checa	18,9	14,1	10,1	14,4
Dinamarca	15,1	19,5	18,4	18,3
Alemanha	21,7	20,8	14,8	19,7
Estónia	24,0	21,8	19,0	21,7
Grécia	28,7	27,7	26,7	27,7
Espanha	29,8	25,1	22,6	25,5
França	23,0	20,0	12,0	19,3
Itália	28,9	24,7	20,3	24,5
Letónia	42,0	37,0	37,7	38,1
Lituânia	34,3	34,0	30,0	33,4
Luxemburgo	22,3	17,5	6,1	17,1
Hungria	38,7	30,5	16,8	29,9
Malta	24,4	19,1	21,9	20,6
Holanda	16,9	16,5	6,2	15,1
Áustria	18,8	16,1	15,8	16,6
Polónia	30,8	27,6	24,4	27,8
Portugal	28,7	24,1	26,1	25,3
Roménia	48,7	39,7	39,9	41,4
Eslovénia	15,2	18,1	22,8	18,3
Eslováquia	25,3	20,2	16,7	20,6
Finlândia	14,2	17,1	19,5	16,9
Suécia	14,5	15,0	15,9	15,0
Reino Unido	29,7	21,2	22,3	23,1

Fonte: Eurostat

Verifica-se pela leitura do quadro anterior que os idosos enfrentam um risco de pobreza ou exclusão social em 2010 menor do que o total da população, quer na EU-27, quer na maioria dos países. No entanto, a situação dos idosos

em Portugal não acompanha a tendência europeia e regista-se um valor superior à taxa de risco de pobreza e/ou exclusão social (25,3% contra 26,1%).

Taxa de risco de pobreza: comparações entre países

Em 2010 perto de 16% da população europeia encontrava-se em risco de pobreza, isto é, com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente. A taxa manteve-se estável comparada com 2009 para a EU-27. O risco de pobreza após transferências sociais aumentou mais na Eslovénia e Espanha em 2010 e decresceu mais na Letónia (-4,4 pp), Estónia (-3,9 pp), Roménia (-1,3 pp) e Bulgária (-1,1 pp). As transferências sociais reduziram o número de pessoas em risco de pobreza em 2010, mas em particular tiveram um efeito importante em mitigar o aumento da pobreza monetária.

Se considerarmos a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais verifica-se que a mesma sobe 0,6 pontos percentuais de 2009 para 2010. Esta subida é mais acentuada em Portugal que passa de 24,3% para 26,4%.

Quadro nº 3 - Taxa de risco de pobreza antes e depois das transferências sociais (TS) em % e o limiar de risco de pobreza (para uma pessoa) em 2009 e em 2010

	Risco de pobreza antes das TS		Risco de Pobreza depois das TS		Limiar de risco de pobreza em euros	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
EU - 27	25,1	25,7	16,3	16,4	-	-
Portugal	24,3	26,4	17,9	17,9	4.969	5.207

A baixa intensidade de trabalho refere-se ao ratio entre o número de meses que os membros de um agregado em idade ativa trabalham durante o ano de referência do rendimento e o número total de meses que poderiam teoricamente sido trabalhados pelos mesmos membros do agregado. As pessoas que vivem em agregados com uma baixa intensidade de trabalho são definidas como pessoas de todas as idades (dos 0 aos 59 anos) vivendo em agregados onde os adultos (com idades entre os 18 e os 59 anos, excluindo os estudantes entre os 18 e os 24 anos) trabalham menos que 20% do seu potencial, durante 12 meses. Seguindo esta definição cerca de 10% da população da EU-27 pode ser considerada como vivendo num agregado com baixa intensidade de trabalho. No geral ao nível europeu este indicador aumentou ligeiramente entre 2009 e 2010 (cerca de 0,9 pontos percentuais). Aumentou mais do que 2 pontos percentuais na Letónia, Estónia, Espanha, Eslováquia e Lituânia.

Exclusão Social: Taxa de Privação Material

O Comité de Protecção Social (Subgrupo dos Indicadores) definiu recentemente um indicador não monetário de condições de vida como forma de medir a exclusão social. Este indicador é definido como “a ausência de pelo menos 3 dos 9 itens que a seguir se apresentam: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone ou carro próprio”.

Em 2009, 17,1% da população da EU-27 é considerada como estando em situação de privação material, isto é, as suas condições de vida são severamente afectadas pela falta de recursos. A proporção é maior na Bulgária (55,5%) e na Roménia (49,3%) e menor na Islândia com 3,4%, no Luxemburgo com 4% e na Suécia (4,8%). Algumas categorias da população são mais afectadas pela privação material.

Em Portugal em 2010 a privação material severa atingia 9% da população residente em Portugal, ou seja, a população que residia em agregados familiares sem acesso a pelo menos 4 ou mais itens.

22,5% dos indivíduos residentes em Portugal viviam em situação de privação material em 2010 e o número médio de itens em falta para a população em privação material era de 3,6 em 2010.

Indicadores de privação material, Portugal, EU-SILC 2007-2010

Ano de referência dos dados	2006	2007	2008	2009(Po)
Taxa de privação material	22.4%	23%	21.5%	22.5%
Taxa de privação material severa	9.6%	9.7%	9.1%	9 %
Intensidade da privação material	3.7%	3.6%	3,7%	3.6%
EU-SILC	2007	2008	2009	2010(Po)

Em 2010 cerca de 8% na População da União Europeia a 27 era considerada em privação material, registando-se uma grande variedade entre situações entre os Estados-Membros. De entre os itens o relativo a enfrentar despesas inesperadas mostra uma grande variação em 2010 comparando com 2009. Este item mede a capacidade de um agregado cobrir com os seus próprios recursos despesas inesperadas equivalendo a uma fração de 1/12 do limiar de pobreza. O valor entre países varia de 100 euros na Roménia até 1600 no Luxemburgo. Em 2010 cerca de 36% da população da União Europeia refere dificuldades em fazer face a despesas inesperadas. Isto representa um aumento de 1 ponto percentual em relação a 2009. Existe uma variação considerável entre os Estados-Membros. A percentagem de pessoas que reportam tais dificuldades varia de 25% ou menos na Áustria, Luxemburgo, Dinamarca, Holanda e Suécia para mais de 60% na Lituânia, Bulgária e Hungria, atingindo os 77,6% na Letónia.

Emprego

O mundo enfrenta em 2012⁷ sérios desafios ao nível do emprego. Depois de 3 anos de crise continua nos mercados globais, verifica-se um acumular de desemprego global de cerca de 200 milhões – um aumento de 27 milhões desde o início da crise. Cumulativamente serão necessários mais de 400 milhões de novos empregos durante a próxima década para evitar um aumento do desemprego. Assim, para gerar um crescimento sustentável e manter a coesão social, o mundo necessitará de cumprir um desafio urgente que é o de criar 600 milhões de empregos produtivos na próxima década, o que mesmo assim deixará cerca de 900 milhões de trabalhadores vivendo com as suas famílias com menos de 2 dólares por dia, muito também nos países desenvolvidos.

As projeções demonstram nenhuma mudança na taxa global de desemprego até 2016. Isto conduzirá a um aumento adicional de 3 milhões de desempregados em todo o mundo em 2012, ou um total de 200 milhões aumentando para 206 milhões em 2016.

Em 2011, 74,8 milhões de jovens entre os 15 e os 24 anos estavam desempregados, um aumento de 4 milhões desde 2007. A taxa de desemprego global dos jovens, fixada em 12,7 %, permanece uma percentagem mais elevada do que o nível registado na fase pré-crise. Globalmente os jovens encontram-se 3 vezes mais suscetíveis de ficar desempregados que os adultos. Mesmo aqueles jovens que se encontram empregados são mais suscetíveis de se encontrarem em trabalhos em *part-time* e com contratos temporários.

O número de trabalhadores com emprego vulnerável em 2011 estava estimado em 1,52 biliões, um aumento de 136 milhões desde 2000 e cerca de 234 milhões desde 2009.

A taxa de emprego⁸ na EU-27 em 2011 era de 68,6%, número que se mantém inalterável desde 2010. Em Portugal esta taxa era de 69,1%.

Relativamente à taxa de desemprego⁹ registou-se em julho de 2012 uma taxa de 11,3% na Zona Euro. Na Europa a 27 a taxa de desemprego era de 10,4% em maio de 2012, comparada com 10,2% em abril. Em maio do ano anterior (2011) era de 9,5%. O Eurostat estima que cerca de 25.254 milhões de homens e mulheres na União Europeia a 27, dos quais 18.002 milhões pertencem à Zona Euro, encontravam-se desempregados em julho de 2012. Comparando com junho de 2012 o número de desempregados aumentou cerca de 43 000 na EU-27 e cerca de 88.000 na Zona Euro. Comparando com julho de 2011, o desemprego aumentou cerca de 2.104 milhões na EU 27 e 2.051 milhões na Zona Euro.

De entre os Estados-Membros as mais baixas taxas de desemprego registaram-se na Áustria (4,5%), na Holanda (5,3%), no Luxemburgo e Alemanha (5,5%), e as mais elevadas em Espanha (25,1%). Em Portugal os dados de julho de 2012 revelam uma taxa de 15,7%.

Comparando com o ano anterior a taxa de desemprego caiu em 10 países e aumentou em 16, e manteve-se estável na Eslovénia. As maiores subidas registaram-se na Grécia, Espanha e Chipre.

Entre julho de 2011 e julho de 2012 a taxa de desemprego dos homens aumentou de 9,8% para 11,3% na Zona Euro e de 9,5% para 10,5% na EU-27. A taxa de desemprego feminino aumentou de 10,4% para 11,4% na Zona Euro e de 9,8% para 10,4% na EU27.

⁷ OIT, "Global Employment Trends 2012"

⁸ Fonte: Eurostat

⁹ Eurostat new release, Euroindicators, 124/2012, August 2012, European Commission.

Em julho de 2012, 5.468 milhões de jovens com menos de 25 anos estavam desempregados na EU-27, dos quais 3.388 milhões encontravam-se na Zona Euro. Comparando com julho de 2011, o desemprego jovem aumentou cerca de 182.000 na EU-27 e 204.000 na Zona Euro. Em julho de 2012 a taxa de desemprego juvenil era de 22,5% na EU27 e 22,6% na Zona Euro.

Taxa de risco de pobreza depois e antes de transferências sociais

Os dados disponíveis pelo Eurostat com a última atualização em 24 de agosto de 2012 são relativos ao ano 2010 e apontam para um valor de 16,4% nos 27 Estados-Membros. A taxa para Portugal era de 17,9%. A Letónia revela uma taxa de 21,3%, a Espanha e a Bulgária de 20,7% e a Grécia de 20,1%.

A taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais era de 25,9% nos 27 Estados-Membros e em Portugal de 26,4%.

Desigualdade em matéria de distribuição do rendimento¹⁰

A distribuição do rendimento é analisada olhando para a forma como o rendimento total disponível equivalente é partilhado entre os diferentes estratos da população de acordo com o nível de rendimento. De acordo com os dados disponibilizados pelo Eurostat a 24 de Agosto de 2012 o inquérito de 2010 (rendimento de referência de 2009 na maioria dos países) o topo (rendimento monetário líquido equivalente mais elevado) ou seja, 20% da população recebia 5 vezes mais do que o rendimento total da base (rendimento monetário líquido equivalente mais baixo, correspondente a 80% da população). Em Portugal era de 5,6 vezes.

Este indicador, a desigualdade de rendimento (s80/s20) é geralmente mais elevado nos países do Sul e nos países Bálticos. O fosso é maior na Lituânia (7.3), Espanha (6.9) Letónia (6.9) Espanha e Portugal (5.6). No outro extremo encontra-se a Eslovénia (3,4), a República Checa com 3,5.

Condições de habitação na Europa em 2009¹¹

Em 2009 cerca de 30 milhões de cidadãos europeus (EU-27) viviam em agregados que enfrentavam graves privações ao nível da habitação. É definido como percentagem de população que vive num lar que é considerado sobrelotado e com pelo menos 3 situações habitacionais das seguintes referenciadas:

- 1) Telhado que mete água; paredes com humidade; andares em elevado estado de putrefação
- 2) Nem um chuveiro, ou uma casa de banho interior
- 3) Demasiado sombria/escuro (luz natural insuficiente)

As pessoas que vivem em agregados com filhos dependentes são mais severamente afetados por condições de privação habitacional severas. Com uma taxa de 8,6% as pessoas que vivem em agregados com filhos dependentes encontram-se mais do que duas vezes afetadas por condições habitacionais severas do que aquelas que vivem em agregados sem filhos dependentes (3,1%). O pico de 16,7% é atingido por pessoas que pertencem a um agregado

¹⁰ Eurostat, Inequality of income distribution, august, 2012

¹¹ Eurostat Statistics in focus, 4/2011, Population and social conditions, "Housing Conditions in Europe 2009", European Commission.

com 3 ou mais adultos e filhos dependentes. De entre aqueles com filhos dependentes os menos afetados são agregados compostos por 2 adultos e um filho dependente (4,3%).

A população em risco de pobreza, isto é, indivíduos vivendo em agregados com um rendimento disponível equivalente menor que 60% da média nacional, encontram-se mais suscetíveis de viver em condições de habitação sobrelotada (30,1% ao nível da União Europeia).

A percentagem mais elevada é atingida na Hungria com 75,4%, Polónia, com 64,9% e Roménia com 64,8%.

Eurobarómetro¹²

Este relatório apresenta os primeiros resultados da Eurobarometer 77 que foi levado a cabo entre 12 e 27 de Maio de 2012 em 34 países ou territórios: os 27 Estados-Membros, seis países candidatos (Croácia, Macedónia, Turquia, Islândia, Montenegro e Servia), a Comunidade Turca Cipriota (parte do país que não é controlada pelo governo da República do Chipre).

O relatório é dividido em cinco partes. A primeira parte analisa como os Europeus percebem a atual situação económica, enquanto a segunda olha para as principais preocupações dos Europeus e as suas expectativas para os próximos 12 meses. O relatório considera também como os respondentes vêem as instituições políticas. A quarta parte é dedicada ao euro e assuntos relacionados com a crise. Finalmente a quinta parte examina a forma como os europeus percebem as várias iniciativas da Estratégia 2020 e como eles pensam que a União Europeia vai na direção certa para emergir da crise.

A perceção da situação económica nacional permaneceu estável desde o Outono de 2010. No total, é a oitava vez sucessiva desde o Outono de 2008 que mais de 2/3 dos europeus afirmam que a situação da sua economia nacional é má ou muito má. No entanto, é importante salientar que a proporção de perceções negativas (71%) é 7 pp menor do que na primavera de 2009 (78%).

Relativamente á situação atual da economia ao nível nacional verifica-se que na Suécia, Luxemburgo e Alemanha mais do que ¾ dos respondentes dizem que a situação da sua economia nacional é boa. Em contrapartida, cerca de 5% dos respondentes tem a mesma opinião em países como a Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia. Mais precisamente em Portugal 97% dos respondentes referem que a situação é “totalmente má” e apenas 3% refere ser “totalmente boa”.

As quatro principais preocupações dos Europeus ao nível nacional são de natureza económica: a taxa de desemprego é a principal preocupação (46%), seguida da situação económica, referida por mais de 1/3 dos europeus (35%) e de seguida a subida dos preços (24%). As dividas do governo chegam em quarto lugar, mencionadas por menos que 1 em cada 5 europeus (19%).

Uma análise pelos resultados nacionais confirma a primazia dos assuntos económicos em todos os Estados Membros. O desemprego é o mais frequentemente mencionado em 17 Estados-Membros com os valores mais elevados a serem registados em Espanha (76%), Portugal (68%) e Suécia (63%).

¹² Standard Eurobarometer 77, Spring 2012, Public Opinion In the European Union (first results), July 2012, European Commission

Relativamente às principais preocupações ao nível pessoal verifica-se que é a subida dos preços que preocupa mais os europeus (45%), seguido do desemprego com 21%.

Relativamente às principais preocupações ao nível europeu a situação económica foi mencionada por 54% dos respondentes. Este valor é 5 pontos percentuais abaixo do que tinha sido registado no outono de 2011. O estado das finanças públicas mencionado por mais de um terço dos respondentes permanece em segundo lugar com 34%. O desemprego aparece em terceiro lugar e obteve o aumento mais significativo desde o outono de 2011 (+ 6 pp para 32%).

Relativamente às expectativas para a economia para os próximos 12 meses, quer a nível geral e pessoal verifica-se que apesar das expectativas permanecem pessimistas melhoraram desde o outono de 2011.

Quanto às instituições políticas a confiança na União Europeia caiu desde o outono de 2011 para o nível mais baixo de sempre (31%). Ao mesmo tempo, os níveis de confiança nos governos nacionais e parlamentos recuperaram ligeiramente (28% em ambos os casos).

Quanto ao assunto da crise mais de metade dos Europeus acredita na União Económica e monetária com moeda única (52%).

No outono de 2011 a proporção de europeus que considerava que a crise económica já tinha atingido o seu pico decresceu 20 pp para o nível mais baixo atingido no Eurobarómetro (de 43% para 23%). No inquérito de 2012 os Europeus permaneciam pessimistas, mas a proporção de respostas otimistas aumentou significativamente. No entanto, cerca de 60% dos respondentes referiu que “o pior ainda está para vir”.

A visão de que “o impacto da crise no emprego já atingiu o seu pico” comanda a maioria das respostas em apenas 3 países: Bulgária, Estónia e Dinamarca. Em Portugal, Chipre, Grécia, Reino Unido e Espanha a proporção excede 70% dos respondentes que referem que o “pior ainda está para vir”. De referir que é Portugal quem comanda esta tabela (78%).

No Outono de 2011 menos de dois terços dos Europeus concordavam que a União Europeia tinha poder suficiente e ferramentas para defender os interesses económicos da Europa na economia global. Uma larga maioria dos europeus acreditava que, como consequência da crise os países europeus teriam que trabalhar mais conjuntamente (84%).

Desde que foi lançada em Março de 2010 pela Comissão Europeia como forma de preparar a economia europeia para os desafios da próxima década, a Estratégia obteve o apoio dos cidadãos europeus. Por exemplo, mais de 3/4 dos europeus acredita que é importante “*ajudar os pobres e socialmente excluídos e permitir que ocupem um lugar ativo na sociedade*” (78%) e “*modernizar os mercados de trabalho, com vista a aumentar os níveis de emprego*” (78%). Cerca de sete em cada dez europeus também consideram que é importante “*apoiar uma economia que utilize menos recursos naturais e emita menos gases com efeito de estufa*” (73%).

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma directa ou indirecta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza¹³

Os dados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), publicado pelo INE, referentes aos rendimentos de 2010 indicam um ligeiro aumento da população residente em risco de pobreza (0.1 pontos percentuais (pp)). Em 2010, 18% da população portuguesa residente encontrava-se a viver abaixo do limiar da pobreza¹⁴.

É importante referir que a taxa de risco de pobreza tem como base o rendimento médio mensal por adulto equivalente¹⁵, permitindo assim que o risco de pobreza seja medido tendo em conta os rendimentos da população de um país num determinado momento. Quando o rendimento médio de um país aumenta, o limiar da pobreza também aumenta. O mesmo acontece quando esse rendimento médio diminui. Em Portugal, o limiar de risco de pobreza teve um crescimento contínuo entre 2003 e 2009. Em 2010, no entanto, verificou-se uma redução do rendimento médio da população, levando a que o limiar de risco de pobreza tenha diminuído cerca de 3% face ao ano anterior. Se em 2009 este limiar era de 5.207€ anuais, em 2010, foi reduzido para 5.046€ anuais, o que corresponde a redução de 434€ para 421€ mensais.

Limiar de Risco de Pobreza (2004 - 2010)

(INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Limiar de risco de pobreza - anual (€)	4149	4317	4386	4544	4886	4969	5207	5046
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

Po – Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

As mulheres continuam a apresentar uma maior vulnerabilidade a pobreza (18,4%) comparativamente aos homens (17,6%). No entanto, sublinhe-se que desde 2003 verifica-se uma diminuição gradual na disparidade do risco de pobreza entre homens e mulheres. Contudo, se entre 2003 e 2008 esta diferença reduziu-se devido a uma diminuição da vulnerabilidade à pobreza das mulheres, em 2010 esta redução deveu-se a um ligeiro aumento da taxa de risco de pobreza dos homens.

¹³ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (dados provisórios), INE, Julho de 2012; www.ine.pt

¹⁴ O limiar da pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes nacional.

¹⁵ Segundo o INE, "O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo do rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalente e o seu valor atribuído a cada membro da família".

A análise do risco de pobreza segundo os grupos etários demonstra que a população mais jovem e a mais idosa são as que se encontram mais vulneráveis, uma tendência que se mantém inalterável desde 2003. Contudo, se ao nível dos jovens com idade igual ou inferior a 17 a taxa de risco de pobreza mantêm-se estável desde 2009 (22,4%), ao nível dos idosos esta taxa diminuiu 1 p.p., sendo, em 2010, de 20%. Por fim, para a população adulta (18 aos 64 anos) a taxa de pobreza sofreu um ligeiro aumento (0,5 pp) face a 2009, passando para 16,2% em 2010.

Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, (EU-SILC2004 - EU-SILC2011)
(INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010(Po)
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20,4%	19,4%	18,5%	18,1%	18,5%	17,9%	17,9%	18,0%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19,2%	18,7%	17,7%	17,2%	17,9%	17,3%	17,3%	17,6%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	21,6%	20,1%	19,1%	19,0%	19,1%	18,4%	18,4%	18,4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	24,6%	23,7%	20,8%	20,9%	22,8%	22,9%	22,4%	22,4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17,0%	15,9%	15,7%	15,2%	16,3%	15,8%	15,7%	16,2%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	28,9%	27,6%	26,1%	25,5%	22,3%	20,1%	21,0%	20,0%
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011(Po)

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

As estatísticas do INE indicam que as pessoas que vivem em agregados familiares sem crianças dependentes estão menos expostas ao risco de pobreza do que as que se encontram em agregados com crianças dependentes. Efetivamente, a taxa de risco de pobreza para a população que reside em agregados sem crianças é de 15,8%, enquanto esta taxa sobe para 20,1% quando nos referimos a população em agregados com crianças dependentes. Esta tendência verifica-se desde 2007, altura em que a diferença entre a taxa de risco de pobreza destas duas populações era semelhante a diferença verificada em 2010 (4,3 pp).

A taxa de risco de pobreza junto da população em agregados sem crianças dependentes apresentou uma redução entre 2009 e 2010, passando de 16,5% para 15,8%. Esta evolução favorável é ainda mais visível quando nos referimos aos agregados composto por apenas um idoso (-4,8 pp) ou nos agregados compostos por uma mulher a viver sozinha (-4,4 pp). No entanto, estes dois tipos de agregado familiar são, simultaneamente, os que continuam a apresentar taxas de risco de pobreza mais elevados, sendo superadas apenas pelo risco de pobreza das pessoas que residem em agregados numerosos (dois adultos com 3 ou mais crianças). Em 2010, a taxa de risco de pobreza dos idosos que vivem só era de 30,1% e a das mulheres a residirem sozinhas era de 28%.

No caso dos agregados familiares com crianças dependentes, são as famílias onde existe apenas um adulto com pelo menos uma criança dependente e as famílias mais numerosas (3 ou mais crianças) as que apresentam uma maior vulnerabilidade à pobreza. As estatísticas do INE indicam que 27,9% das famílias monoparentais e 34,5% das famílias numerosas encontravam-se abaixo do limiar de pobreza. Sublinhe-se, no entanto, que ao nível dos agregados familiares monoparentais, a taxa de risco de pobreza diminuiu 9,1 pp face a 2009. Pelo contrário, nos

agregados familiares numerosos a taxa de risco de pobreza aumentou 1,3 pp face a 2009. Este aumento da vulnerabilidade a pobreza verificou-se igualmente nos agregados com dois adultos e uma criança (3 pp) e nos agregados compostos por dois adultos e duas crianças (2,7 pp).

Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC2004 - EU-SILC2011)

(INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Total sem crianças dependentes	20,0%	18,5%	18,9%	18,7%	16,1%	15,4%	16,5%	15,8%
1 Adulto sem crianças	35,2%	37,1%	34,9%	33,0%	31,0%	28,0%	30,1%	27,5%
1 adulto sexo masculino, sem crianças			28,3%	26,4%	26,2%	23,6%	25,5%	26,4%
1 adulto sexo feminino, sem crianças			38,2%	36,1%	33,1%	30,1%	32,4%	28%
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	25,7%	28,0%	26,3%	27,3%	25,0%	20,1%	22,2%	23,2%
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41,0%	42,2%	39,8%	36,6%	34,5%	32,7%	34,9%	30,1%
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16,2%	15,2%	18,3%	17,6%	16,5%	16,4%	16,6%	16,2%
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30,0%	28,1%	25,8%	26,4%	21,7%	18,7%	20,3%	19,5%
Outros agregados, sem crianças	11,5%	8,7%	9,5%	9,3%	7,4%	8,7%	9,1%	9,1%
Total, com crianças dependentes	20,6%	20,0%	18,1%	17,7%	20,4%	19,9%	19,1%	20,1%
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	34,8%	31,5%	41,2%	33,6%	38,9%	37,0%	37,0%	27,9%
2 Adultos com 1 criança	12,8%	14,7%	12,1%	12,2%	16,7%	13,4%	12,6%	15,6%
2 Adultos com 2 crianças	24,0%	23,9%	18,6%	17,0%	20,6%	19,4%	17,1%	19,8%
2 Adultos com 3 + crianças	41,0%	42,0%	37,8%	43,3%	31,9%	36,1%	33,2%	34,5%
Outros agregados, com crianças	17,5%	14,9%	15,8%	16,3%	18,0%	20,1%	20,7%	19,5%
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota1: No contexto deste inquérito, até 2006 foram consideradas “crianças dependentes” os indivíduos com menos de 16 anos, bem como os indivíduos entre 16 e 24 anos economicamente dependentes. A partir do EU-SILC 2007 são consideradas “crianças dependentes” todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

O emprego ou a sua ausência tem um impacto importante ao nível da taxa de risco de pobreza. Enquanto a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é de cerca 10,3%, entre a população sem emprego esta taxa é de 24,3%, correspondendo a uma diferença de 14 pp. Na categoria da população sem emprego, os mais expostos a situações de pobreza parecem ser os desempregados e os outros inativos, com taxas de risco de pobreza de 36% e 28,4% respetivamente. Se compararmos estas taxas com a da população geral (18%) verificamos uma diferença de 18 pp e 10,4 pp.

Entre 2009 e 2010 verificou-se um ligeiro aumento de trabalhadores pobres (mais 0,6 pp), anulando assim a diminuição que ocorreu entre 2008 e 2009. Ao nível da população sem emprego, a taxa de risco de pobreza apresentou uma redução face a 2009 entre os reformados (0,6 pp) e entre os desempregados (0,4 pp). Por outro lado, existe um aumento de 0,4 pp na taxa de risco de pobreza entre os outros inativos.

Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC2004 - EU-SILC2011)

(INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Total com emprego	12,4%	11,9%	11,2%	9,7%	11,8%	10,3%	9,7%	10,3%
Total sem emprego	27,8%	26,6%	26,3%	26,9%	24,8%	24,4%	24,5%	24,3%
Desempregado	32,0%	28,4%	31,1%	32,2%	34,6%	37,0%	36,4%	36,0%
Reformado	25,8%	25,1%	22,9%	23,1%	20,1%	17,4%	18,5%	17,9%
Outros inativos	29,0%	27,9%	29,0%	30,2%	28,3%	29,9%	28,0%	28,4%
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

Intensidade da Pobreza¹⁶

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

Os resultados provisórios do INE indicam um aumento da intensidade da pobreza entre 2009 e 2010, em 0,5 pp. Esta taxa é superior junto da população masculina (23,4%), existindo uma diferença de 0,4 pp face as mulheres.

Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC2007 - EU-SILC2011)

(INE)

Ano de referência dos dados	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Total	24,3%	23,2%	23,6%	22,7%	23,2
Homens	24,3%	22,5%	24,9%	23,1%	23,4
Mulheres	24,2%	23,6%	23,0%	22,6%	23,0
EU-SILC	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Desigualdade na distribuição do rendimento¹⁷

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2010 (EU-SILC 2011), 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5,7 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica aufer 9,4 vezes o rendimento dos 10% mais pobres.

¹⁶ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (Dados Provisórios), INE, Julho 2012; www.ine.pt

¹⁷ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (Dados Provisórios), INE, Julho 2012; www.ine.pt

Se entre 2004 e 2009 era visível uma diminuição gradual da desigualdade na distribuição dos rendimentos, em 2010, pelo contrário, confrontamo-nos com um aumento das desigualdades. Efetivamente, os três indicadores que procuram medir a desigualdade na distribuição do rendimento apontam para um aumento das desigualdades.

Indicadores de Desigualdade do Rendimento (EU-SILC2007 - EU-SILC2011)

(INE)

Ano de referência de dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Coeficiente de <i>Gini</i> ¹⁸	37,8	38,1	37,7	36,8	35,8	35,4	33,7	34,2
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	7,0	7,0	6,7	6,5	6,1	6,0	5,6	5,7
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	12,3	12,2	11,9	10,8	10,0	10,3	9,2	9,4
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza¹⁹

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 42,5% na população residente em 2010 se apenas considerássemos os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas. Este risco de pobreza diminui 17,1 pp quando são considerado os rendimentos de pensões de reforma e de sobrevivência (passando para 25,4%) e 24,5 pp quando contabilizadas todas as transferências sociais. No entanto, o contributo das transferências sociais para a diminuição do risco de pobreza diminuiu em 1 pp entre 2009 e 2010.

Sublinhe-se igualmente que se verificou uma redução do risco de pobreza antes de qualquer transferência social entre 2009 e 2010 em 0,9 pp. Apesar dessa diminuição, a taxa de risco de pobreza continua elevada, sendo superior aos valores existentes em 2003 (41,3%), em 2007 (41,5%) ou em 2008 (41,5%).

Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais Portugal EU-SILC 2007-2011

(INE)²⁰

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (po)
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41,3%	40,8%	40,2%	40,0%	41,5%	41,5%	43,4%	42,5%
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	26,5%	25,7%	25,1%	24,2%	24,9%	24,3%	26,4%	25,4%
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	20,4%	19,4%	18,5%	18,1%	18,5%	17,9%	17,9%	18,0%
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

¹⁸ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

¹⁹ Destaques – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (dados provisórios), INE, Julho 2012; www.ine.pt.

Po – Valor Provisório;

EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Risco de Pobreza e Exclusão Social²¹

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que procura integrar os conceitos de risco de pobreza relativa (indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza, ou seja, a **taxa de risco de pobreza**), de **situação de privação material severa** e o conceito de **intensidade laboral per capita muito reduzida**²². Refira-se ainda que este indicador combina informações relativas ao ano em que o inquérito foi aplicado (taxa de privação material severa) com informações relativas ao ano de referência dos rendimentos (taxa de risco de pobreza e intensidade laboral per capita), ou seja, ao ano anterior a aplicação do inquérito.

Em Portugal, 24,4% da população encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, em 2011. Segundo este indicador, verifica-se uma redução de 0,9 pp face a 2010 e de 1,6 pp face a 2008.

População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (EU-SILC 2008 - 2011)

(INE)

Ano do inquérito	2008	2009	2010	2011(Po)
População em risco de pobreza ou exclusão social	26,0%	24,9%	25,3%	24,4%
EU-SILC	2008	2009	2010	2011(Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Privação Material²³

Tal como explicado na primeira parte deste documento, a privação material baseia-se na ausência de pelo menos 3 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares. Em Portugal, em 2011, 20,9% da população encontrava-se em situação de privação material, um valor 1,6 pp inferior ao verificado em 2009 (22,5%). Efetivamente, entre 2004 e 2011, apenas no ano de 2006 verificou-se uma taxa de privação material inferior a identificada em 2011. Ao nível da **privação material severa**²⁴, um dos conceitos que integra o indicador de risco de pobreza ou exclusão social, verifica-se igualmente uma tendência de diminuição da população exposta a este fenómeno. Em 2011, 8,3% da população encontrava-se em situação de privação severa, no entanto, em 2010, esta percentagem era de 9% e, em 2004, era de 9,9%. Sublinhe-se ainda que, para a população em situação de privação material, o número médio de itens em falta, ou seja, a intensidade da privação material, é de 3,6, um valor semelhante ao verificado em 2010.

²¹ Destaques – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (dados provisórios), INE, Julho 2012; www.ine.pt.

²² Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

²³ Destaques – Rendimento e Condições de Vida – 2011 (dados provisórios), INE, Julho 2012; www.ine.pt.

²⁴ Ausência de pelo menos 4 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares

Indicadores de privação material Portugal (EU-SILC 2004-2011)
(INE)²⁵

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (po)
Taxa de privação material	21,7%	21,2%	19,9%	22,4%	23,0%	21,5%	22,5%	20,9%
Taxa de privação material severa	9,9%	9,3%	9,1%	9,6%	9,7%	9,1%	9,0%	8,3%
Intensidade da privação material	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7	3,6	3,6
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

Po - Valor Provisório;

EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Emprego/ desemprego²⁶

O terceiro indicador que compõe o conceito de risco de pobreza ou de exclusão social é o de **intensidade laboral per capita muito reduzida**. O cálculo deste indicador tem em conta as pessoas com menos de 60 anos a residir em agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos) que não são estudantes trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho. Os dados provisórios do INE indicam que, em 2010, 8,2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Apesar do aumento da taxa de desemprego entre 2009 (9,58%) e 2010 (10,8%), os dados do EU-SILC 2011 apontam para uma diminuição da percentagem de população em agregados com intensidade laboral muito reduzida (menos 0,4 pp), nesse período temporal. Refira-se, no entanto, que o EU-SILC e as estatísticas do emprego do INE baseiam-se em amostras e metodologias distintas, não sendo possível uma análise comparativa dos seus dados.

Intensidade laboral per capita muito reduzida (EU-SILC 2004 - EU-SILC 2011)

(INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Po)
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	6,9%	5,9%	6,6%	7,2%	6,3%	6,9%	8,6%	8,2%
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

As alterações metodológicas efetuadas nas estatísticas do emprego do INE, em 2011, não permitem efetuar uma análise longitudinal dos dados. Assim, os dados publicados pelo INE sobre o emprego e o desemprego só poderão ser comparados com os dados do período homólogo (2º trimestre de 2011) ou analisados tendo em conta sua evolução face ao 1º trimestre de 2012.

No segundo trimestre de 2012, a taxa de desemprego foi de 15%, o que corresponde a um total de 826,9 mil desempregados. Estamos perante um aumento de 2,9 pp da taxa de desemprego face ao mesmo trimestre de 2011 e um aumento de 0,1 pp face ao trimestre anterior. Em termos absolutos, o número de desempregados aumentou

²⁶ INE, *Destaque - Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2012*, 14 de Agosto de 2012; INE, *Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2011 (Dados Provisórios)*, 13 de Julho de 2012; www.ine.pt

22,5% face ao período homólogo e 0,9% face ao 1º trimestre de 2012 (mais 151,9 mil e 7,6 mil desempregados respetivamente). Paralelamente, verificou-se uma diminuição da população empregada face ao período homólogo e um pequeno aumento do emprego face ao 1º trimestre de 2012. Assim, no 2º trimestre de 2012 existiam 4.688,2 mil pessoas empregadas, o que corresponde a uma diminuição homóloga de 4,2% e um aumento trimestral de 0,6%.

As regiões do país mais afetadas pelo desemprego no 2º trimestre de 2012 foram Lisboa (17,6%), Algarve (17,4%) e a Região Autónoma da Madeira (16,8%). O desemprego cresceu em todas as regiões do país, entre o 2º trimestre de 2011 e de 2012, sendo de se assinalar o crescimento que ocorreu na Região Autónoma dos Açores (5,9 pp), em Lisboa (4,1 pp), na Região Autónoma da Madeira (3,3 pp) e no Alentejo (3,2 pp).

Taxa de desemprego por região

(INE)

	2011 (2º Trimestre)	2012 (2º Trimestre)
Portugal	12,1%	15,0%
Norte	12,6%	15,2%
Centro	9,5%	11,2%
Lisboa	13,5%	17,6%
Alentejo	11,8%	15,0%
Algarve	14,7%	17,4%
R. A. Açores	9,7%	15,6%
R. A. Madeira	13,5%	16,8%

INE, Estatísticas do Emprego – 2º Trimestre de 2012

Se no 2º trimestre de 2011 destacavam-se as mulheres como sendo mais vulneráveis ao desemprego do que os homens, em 2012 esta situação alterou-se. O crescimento do desemprego atingiu mais os homens (+3,2 pp) do que as mulheres (+2,5 pp), levando a que a taxa de desemprego dos homens seja de 15,1%, um valor próximo da taxa de desemprego das mulheres (14,9%). Os jovens dos 15 aos 24 anos é o grupo etário mais afetado por este fenómeno, com uma taxa de desemprego de 35,5% e com o maior crescimento homólogo (8,5 pp). O escalão etário seguinte (25 aos 34 anos) é o segundo grupo etário com maior taxa de desemprego (17,6%) e com maior crescimento homólogo (4,5 pp). No entanto, é no grupo etário dos 45 aos 64 anos onde se verifica a existência de um maior número de desempregados: 255,9 mil desempregados.

Taxa de desemprego segundo sexo e o grupo etário

(INE)

	2011 (2º Trimestre)	2012 (2º Trimestre)
Sexo		
Homens	11,9%	15,1%
Mulheres	12,4%	14,9%
Grupo Etário		
15 - 24 anos	27,0%	35,5%
25 - 34 anos	13,1%	17,6%
35 - 44 anos	10,6%	12,2%
45 - 64 anos	11,0%	12,9%

65 ou mais anos	0,6%	2,0%
-----------------	------	------

INE, Estatísticas do Emprego

No que se refere ao nível de escolaridade, são as pessoas com o 3º ciclo do ensino básico e com o ensino secundário e pós-secundário que apresentaram, simultaneamente, as maiores taxas de desemprego no 2º trimestre de 2012 - 18,2% e 16,8% respetivamente - e o maior número de desempregados - 223,1 mil e 197,6 mil desempregados respetivamente. Verificou-se um aumento da taxa de desemprego nos diferentes níveis de escolaridade, sendo maior o crescimento do desemprego junto da população com o secundário e o pós-secundário (mais 4,9 pp) e da população com o 3º ciclo do ensino básico (mais 3,2 pp).

Taxa de desemprego segundo nível de escolaridade

(INE)

	2011 (2º Trimestre)	2012 (2º Trimestre)
Total	12,1%	15,0%
Nenhum	11,4%	16,4%
Básico - 1º Ciclo	11,3%	13,0%
Básico - 2º Ciclo	14,1%	16,1%
Básico - 3º Ciclo	15,0%	18,2%
Secundário e pós-secundário	11,9%	16,8%
Superior	8,1%	10,2%

INE, Estatísticas do Emprego

A taxa de desemprego de longa duração foi de 8% no 2º trimestre de 2012, mais 1,3 pp dos que no período homólogo. Assim, no 2º trimestre de 2012 existiam 443,3 mil desempregados há 12 ou mais meses.

A taxa de inatividade das pessoas com 15 ou mais anos também aumentou neste período temporal. No 2º trimestre de 2012 a taxa de inatividade era de 38,8%, mais 0,4 pp do que no período homólogo. Esta taxa é superior junto das mulheres (44,5%) do que dos homens (32,6%). Assim, em Portugal, existem cerca de 5 085,6 mil inativos, sendo que:

- 3495,9 mil inativos têm 15 ou mais anos (68,7% do total de inativos);
- 1821,6 mil inativos têm entre 15 e 64 anos (35,8%);
- 829,1 mil inativos têm entre 45 e 64 anos (16,3%);
- 681,4 mil inativos são considerados como “outros inativos”, ou seja, os que não são estudantes, domésticos ou reformados (13,3%);
- 217,4 mil inativos estão disponíveis para o emprego, mas não procuram emprego (4,3%);
- 37,7 mil inativos estão a procura de emprego, mas não estão disponíveis (0,7%);

É importante sublinhar que o número de “inativos disponíveis mas que não procuram emprego” quase duplicou entre o 2º trimestre de 2012 e o 1º trimestre de 2011 (crescimento de 47,2%)

Tal como afirmado anteriormente, no 2º trimestre de 2012 existiam 4688,2 mil pessoas empregadas em Portugal. A caracterização desta população era a seguinte:

- 2470,9 mil eram homens (52,7% dos empregados);
- 1724,6 mil estavam na faixa etária dos 45 aos 64 anos (36,8%);
- 2759,2 mil possuíam no máximo o 3º ciclo do ensino básico (58,9%);
- 2979,2 mil trabalhavam na área dos serviços (63,5%);
- 2900,2 mil possuíam contrato de trabalho sem termo (61,9%), 640,4 mil tinham contrato de trabalho com termo (13,7%) e 128,4 mil empregados por contra de outrem possuíam outro tipo de contrato de trabalho (2,7%);
- 988,7 mil eram trabalhadores por conta própria (21%)
- 4012,2 mil trabalhavam a tempo completo (85,6%) e 676,0 mil trabalhavam a tempo parcial (14,4%)
- 261,0 mil trabalhadores estavam situações de subemprego de trabalhadores a tempo parcial²⁷, o que corresponde a 5,6% da população empregada e 38,6% da população empregada a tempo parcial; A maior parte do subemprego de trabalhadores a tempo parcial abrangia as mulheres (60,9%)

É igualmente importante sublinhar que a diminuição do emprego face ao período homólogo foi mais visível junto dos seguintes grupos:

- Homens (-4,8%)
- Jovens (-13% de empregados dos 15 aos 24 anos e -9,6% dos 25 aos 34 anos)
- População com baixos níveis de escolaridade (-8,2% de trabalhadores no máximo com 3º ciclo do ensino básico)
- A trabalhar no sector da indústria, construção, energia e água (-10,2%);
- Com “outro tipo de contrato de trabalho” (-15,9%) ou com contrato de trabalho com termo (-12,2%);
- A trabalhar a tempo completo (-5,8%).

Note-se ainda que a criação de emprego face ao 2º trimestre de 2012 verificou-se apenas no trabalho familiar não remunerado (+12,1%), no subemprego de trabalhadores a tempo parcial (+23,5%) e no emprego a tempo parcial (+6,8%), indicando assim a existência de uma maior precaridade do mercado de trabalho. O único sector de atividade que apresenta um aumento de empregados, face ao período homólogo, foi o da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. Por fim, foi junto da população com níveis de escolaridade mais elevadas que se verifica um crescimento do emprego (+4,3% de empregados com o ensino superior e +05% de empregados com o ensino secundário e pós-secundário).

O rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem foi, no 2º trimestre de 2012 de 808€. As regiões com rendimentos médios mais baixos são a Região Autónoma da Madeira (746€), o Alentejo (754€) e o Norte (754€).

²⁷ O INE define o conceito de subemprego de trabalhadores a tempo parcial como “conjunto de indivíduos empregados dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, tinham um trabalho a tempo parcial e declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalham em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período especificado”. (INE, *Estatísticas do Emprego - 2º Trimestre de 2012*, pp30). Ou seja, este conceito refere-se as situações de trabalho parcial involuntário.

Privação Habitacional

As condições habitacionais são indicadores relevantes para conhecer as condições de vida da população e a vulnerabilidade a pobreza. A este nível o INE apresenta quatro indicadores relevantes:

- *Taxa de sobrelotação da habitação* – proporção da população que vive em alojamentos em que o número de quartos é insuficiente para o número e perfil dos membros do agregado, ou seja, proporção da população que habita em alojamentos sobrelotados;
- *Taxa de privação severa das condições de habitação* – proporção da população que, para além de viver num alojamento sobrelotado, convive com um dos seguintes problemas: falta de instalação de banho ou duche; ausência de sanita com autoclismo; teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; luz natural insuficiente;
- *Carga mediana das despesas de habitação* – mediana do rácio entre as despesas anuais com habitação e o rendimento disponível. São incluídas como despesas com habitação as contas de água, eletricidade, gás, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, rendas e juros dos créditos à habitação.
- *Taxa de sobrecarga das despesas em habitação* – proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível é superior a 40%

Os dois primeiros indicadores procuram dar a conhecer as condições de habitabilidade em que se encontram os agregados familiares. A este nível, verifica-se uma diminuição da proporção da população que se encontra ou numa situação de sobrelotação ou com privações severas das condições de habitação. Em 2011, 11% da população residia em alojamentos sobrelotados - uma diminuição de 3,6 pp face a 2010 e de 5,3 pp face a 2004 - e 4% da população encontrava-se sem situação de privação severa das condições de habitação - uma redução de 1,6 pp face a 2010 e 3,1 pp face a 2004.

Por outro lado, os indicadores que procuram analisar o peso das despesas de habitação no rendimento do agregado familiar apresentam um agravamento dos resultados. Assim, em Portugal a carga mediana das despesas de habitação foi de 11,7%, o que corresponde a um aumento de 1,3 pontos percentuais face a 2010 e de 1,2 pp face a 2004. Quanto a sobrecarga das despesas de habitação, os dados do INE apontam para a existência de 7,2% da população portuguesa a residir em agregados onde as despesas com habitação correspondem a mais de 40% do rendimento do agregado. Neste caso, verifica-se um aumento de 3 pp face a 2010 e de 2,8 pp face a 2004. Deve-se, no entanto, sublinhar que os anos de 2007 e 2008 apresentaram uma taxa de sobrecarga das despesas de habitação superiores as atuais (7,4% e 7,6% respetivamente).

Indicadores de privação habitacional Portugal (EU-SILC 2004-2011) (INE)²⁸

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (po)
Taxa de sobrelotação da habitação	15,3%	16,5%	15,8%	16,1%	15,7%	14,1%	14,6%	11,0%
Taxa de privação severa das condições de habitação	7,1%	7,7%	7,5%	7,6%	6,9%	4,7%	5,6%	4,0%
Carga mediana das despesas de habitação	10,5%	8,4%	10,3%	12,8%	11,7%	11,3%	10,4%	11,7%

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	4,4%	4,3%	4,5%	7,4%	7,6%	6,1%	4,2%	7,2%
EU-SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Po)

Po – Valor Provisório;

EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

FONTES:

Bibliografia

- Destaque – Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2010, INE, Agosto de 2012
- Destaque – Rendimento e Condições de Vida - 2011 (Dados Provisórios), INE, Julho 2012
- Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2010, INE, Agosto de 2012
- Standard Eurobarometer 77, Spring 2012, Public Opinion In the European Union (first results), July 2012, European Commission
- Eurostat, Inequality of income distribution, august, 2012
- ¹Directorate-General Regional Policy, Analysis Unit C3, Country Fact Sheet, July 2012, European Commission
- OIT, “Global Employment Trends 2012”, Executive Summary.
- Statistics in focus, 4/2011, Population and social conditions, “Housing conditions in Europe in 2009”, European Commission.
- Statistics in focus, 9/2012, Population and social conditions, European Commission.
- Eurostat, news release, euro indicators, , 124/2012, 31 august 2012
- Eurostat, news release, 21/2012, 8 February 2012

Webgrafia

- www.ine.pt